

## UCCLA: Pioneirismo e Crise de Identidade

Vasco Franco\*

### *Resumo*

A UCCLA teve um papel pioneiro no estabelecimento de laços entre instituições políticas dos países de língua oficial portuguesa, tendo surgido uma década antes da constituição da CPLP. Conhecer esta associação intermunicipal, a sua estrutura e os seus fins, e perceber como ela evoluiu desde a sua criação há vinte e quatro anos e como tem prosseguido os objetivos a que se propôs é o que se pretende com o presente ensaio.

*Palavras-chave:* UCCLA, UCCI, cidades capitais, lusofonia, cooperação

### *Abstract*

The UCCLA has had a pioneering role in establishing bonds between political institutions from the Portuguese speaking countries, having arisen a full decade before the constitution of the CPLP. What is intended with this paper is to know this intermunicipal association, its structure and its ends, and to understand its evolution since it was created twenty four years ago, and how it has pursued its goals.

*Keywords:* UCCLA, UCCI, capital cities, lusophony, cooperation

---

\* Professor da ULHT. Doutorando em Ciência Política



No ano 2000, de acordo com estudos da Organização das Nações Unidas (ONU), 47% da população mundial residia em zonas urbanas, apontando as projeções um crescimento desta percentagem para 53,4% em 2015 e 60,3% em 2030<sup>1</sup>. Esta concentração populacional em grandes centros urbanos torna cada vez mais complexa e exigente a gestão das cidades<sup>2</sup>, devendo os seus responsáveis responder, em simultâneo, às necessidades dessas populações e aos desafios dos mercados globais, cujas instituições e empresas escolhem também estes territórios para se instalar.

Cientes das suas responsabilidades e da necessidade de interação para fins de cooperação, de troca de informações e de experiências, mas também para acompanhar o funcionamento em rede dos setores da economia global que acolhem nas urbes a que presidem, os governos municipais têm-se associado em torno de objetivos comuns. Existem atualmente diversas associações internacionais de cidades, algumas com vocação universal, como a Organização Mundial de Cidades e Governos Locais, outras com âmbito regional, como Mercociudades, a rede de cidades dos países do Mercosul, outras ainda unidas por laços históricos, culturais e linguísticos. Entre estas últimas encontra-se a União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas (UCCLA), fundada em 28 de junho de 1985, data da subscrição da *Declaração de Geminção Múltipla e Solidária das Capitais de Países de Expressão Portuguesa* por representantes das cidades de Bissau, Lisboa, Luanda<sup>3</sup>, Macau, Maputo, Praia, Rio de Janeiro e São Tomé<sup>4</sup>. Os Estatutos da associação, aprovados em 1986, apontavam um conjunto de metas ambiciosas sintetizadas no objetivo principal enunciado no art.º 1º:

1. A distribuição da percentagem da população urbana a nível mundial é desigual, oscilando, em relação ao ano 2000, entre 36,7% na Ásia e 77,2% na América do Norte (UN-Habitat, 2001: 271-273).
2. Castells (2007: 526) identifica mais de uma dezena de «megacidades», com uma população superior a 10 milhões de habitantes (em 1992) e com uma concentração importante de «nós da economia global», como são os centros do poder político e económico e de controlo dos meios de comunicação e a «capacidade simbólica de criar e difundir mensagens». Em 2007, a ONU registava a existência de 19 megacidades, com mais de 10 milhões de habitantes, projetando para 2025 um total de 26 cidades com estas características, oito das quais com uma população superior a 20 milhões de pessoas (UN-Habitat, 2008: 6).
3. Luanda subscreveu a declaração de geminação, mas só ratificou a adesão à UCCLA em 1989 (para *fac simile* da declaração de geminação e ano da adesão, veja-se UCCLA, 2005a: 19 e 145).
4. Importa assinalar que, em 2009, foi constituído o Fórum das Autoridades Locais da CPLP – FORAL CPLP (<http://www.foralcplp.org/>).

144 «definição de um espaço moral que constitua um modelo de convivência pacífica e de desenvolvimento solidário, assim como a consolidação de uma consciência que permita um melhor entendimento e a cooperação entre os povos de expressão oficial portuguesa» (UCCLA, 1986).

Volvidos 24 anos e aprovadas diversas alterações estatutárias, a última das quais em 2008, coloca-se a questão de saber de que forma a UCCLA tem tentado prosseguir os objetivos definidos em 1986 e em que medida tais objetivos têm sido alvo de reajustamentos ditados pelo decurso do tempo e pela evolução das sociedades.

## 1. A Raiz Comum da UCCI e da UCCLA

«Com a fundação da UCCI (União das Cidades Capitais Ibero-Americanas) anunciei a intenção de criar a UCCLA (União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas), ideia à qual desde logo aderiram o Rio de Janeiro, Maputo e Macau» (Abecasis, 2000: 105). Esta afirmação do primeiro presidente da UCCLA e principal dinamizador da sua criação, Nuno Krus Abecasis, então Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, não deixa margem para especulações sobre a sua fonte de inspiração. Tendo participado ativamente na concretização do projeto do Alcaide de Madrid Enrique Tierno Galván, de constituição da UCCI<sup>5</sup>, cujo ato fundacional ocorreu em 12 de outubro de 1982, Abecasis assumiu logo a intenção de constituir uma entidade idêntica para as capitais dos países de língua portuguesa. O modelo adotado tinha semelhanças óbvias, reproduzindo os estatutos da UCCLA, artigo por artigo e quase palavra por palavra, os aprovados em 1982 pela sua congénere<sup>6</sup>. Apesar desta génese mimética e de contarem entre os seus membros três cidades que participam em ambas as organizações – Brasília, Lisboa e Rio de Janeiro –, a UCCI e a UCCLA têm mantido escassa relação institucional. O período de mais dinâmica interação ocorreu entre 1997 e 1999, com a realização de três Jornadas de Cooperação UCCI-UCCLA, em Lisboa, em 1997 (veja-se UCCI, 1997b: XVI), dedicada ao tema da habitação,

5. Tierno (1992: 25) aludiu à ideia de «que se había proyectado com la ayuda, siempre generosa, siempre colaboradora, del Alcalde de Lisboa», no discurso que proferiu na assembleia constitutiva da UCCI.

6. Logo no art.º 1º, a UCCI (1982) define como objetivo «lograr la definición de un ámbito moral que constituya un modelo de convivencia pacífica y desarrollo solidario, así como la consolidación de una conciencia que permita el mejor entendimiento y la cooperación entre los pueblos de dicho ámbito», quase nos exatos termos que a UCCLA viria a adotar em 1986, diferindo apenas as últimas duas palavras.

em Madrid, em 1998 (veja-se, UCCI, 1999a: 48), sobre a reabilitação dos centros históricos, e em São Salvador da Bahia, em 1999 (veja-se UCCI, 1999b: 56), centrada no debate sobre o desenvolvimento apoiado no turismo e na riqueza patrimonial e cultural das cidades.

Após sucessivas alterações estatutárias, as duas associações seguiram caminhos muito distintos a nível organizacional e no plano das atividades a que se dedicam prioritariamente.

Os atuais estatutos da UCCLA, com as alterações aprovadas em 2008, mantêm uma estrutura centralizada que em pouco difere da original<sup>7</sup>, enquanto a UCCI optou, a partir de 1987, por uma orgânica fortemente descentralizada assente em dois pilares: i) quatro sub-regiões com órgãos próprios, a Assembleia de Presidentes das capitais respetivas e o Vice-Presidente da UCCI que representa a sub-região, os quais têm competência para aprovar os seus programas de atividades e orçamentos, dispondo de financiamento autónomo assegurado pelos municípios<sup>8</sup>; ii) comités sectoriais, de âmbito temático, com capacidade para a definição dos objetivos a prosseguir por cada um, devendo as suas decisões ser submetidas a ratificação do Comité Executivo da União para poderem adquirir caráter vinculativo<sup>9</sup>.

Relativamente à atuação prioritária das duas entidades, a UCCI tem investido a maior fatia dos seus recursos nos programas de formação de funcionários dos municípios membros e no intercâmbio de experiências<sup>10</sup>, enquanto a UCCLA tem canalizado a maior parte dos seus meios para a cooperação para o desenvolvimento, nomeadamente em áreas como as infraestruturas urbanas, a educação e a saúde, bem como na reabilitação do património edificado.

7. Foram introduzidas alterações com alguma relevância no plano da representação e também quanto à natureza, direitos e obrigações dos membros da União, mas essas alterações, que referiremos adiante com algum detalhe, têm poucas implicações de natureza orgânica. Ver UCCLA (1986) e UCCLA (2008a).

8. As sub-regiões são: América Central, México e Caraíbas, zona Andina, Cone Sul e Península Ibérica. Ver UCCI (1997a), artigos 7º e 19º a 23º.

9. Os comités sectoriais são atualmente os seguintes: Cultura; Desenvolvimento Económico; Desenvolvimento Urbano e Habitação; Descentralização, Reforma Administrativa e Serviços Públicos; Fazenda e Finanças Municipais; Igualdade de Oportunidades; Infância; Juventude; Novas Tecnologias; Meio Ambiente; Promoção Social; Segurança e Polícia Municipal; Solidariedade face às Catástrofes; Trânsito e Transporte Urbano; Turismo. Ver UCCI (1997a), artigos 7º e 19º a 23º, e <http://www.munimadrid.es>.

10. Em 2008, a UCCI aplicou 83% do seu orçamento de investimento, correspondente a 74% do orçamento total, nos programas de formação e nas ações de intercâmbio de experiências (comités sectoriais, colóquios e seminários). Cf. UCCI (2009: 61).

A comparação sumária da génese e da evolução destas duas associações internacionais permite perceber o que, na raiz, tiveram de comum e os caminhos distintos que acabaram por trilhar apesar de, no momento da fundação, terem proclamado a intenção de prosseguir fins exatamente iguais.

## 2. A Natureza e a Evolução Estatutária da UCCLA

A União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas começou por ser assim designada devido à «teimosia afetuosa» (Machado, 2005: 20) e visionária de Nuno Abecasis. Segundo Machado (2005: 21), o então Presidente da Câmara Municipal de Lisboa pretendia deixar expressa no nome a «real dimensão» da UCCLA, pensando na futura adesão de cidades como Goa e Díli<sup>11</sup> e acolhendo, entretanto, Macau para representar o continente asiático, facto que terá merecido reparos da China, quando, em 1993, a UCCLA foi admitida com o estatuto de observador no Conselho Económico e Social da ONU. Atualmente, embora mantenha aquela designação, usa também, de acordo com o que se encontra consagrado no art.º 1º dos Estatutos em vigor, a denominação de União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa.

A UCCLA é uma associação intermunicipal de natureza internacional, com estatuto consultivo junto da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e do Conselho Económico e Social (ECOSOC) e reconhecida como instituição de utilidade pública pelos governos de Cabo Verde, Portugal e São Tomé e Príncipe (ver UCCLA, 2005: 154). Pode ter quatro classes de membros: i) «efetivos», as antigas e atuais capitais de língua portuguesa; ii) «associados», outras cidades de língua portuguesa que a União considere relevantes para os seus fins, bem como urbes com ligações históricas ou culturais a algum dos países dos membros efetivos; iii) «apoiantes», pessoas coletivas públicas e privadas<sup>12</sup>; iv) «comunidades lusófonas», aquelas que revelem uma ligação significativa, do ponto de vista histórico,

---

11. A cidade de Díli é atualmente um dos membros da UCCLA, facto difícil de imaginar em 1982.

12. A existência de membros apoiantes, com direito de participação e capacidade eleitoral ativa e passiva nos órgãos sociais da UCCLA não estava prevista nos Estatutos de 1986. O art.º 6º/2 admitia apenas a possibilidade de reconhecimento da condição de observador a «instituições, associações e organismos» interessados nas «atividades e desenvolvimento» das cidades lusófonas bem como aqueles outros que a própria União considerasse ser do seu interesse atrair (UCCLA, 1986).

cultural ou linguístico, com qualquer dos países lusófonos. Atualmente os membros efetivos são 18<sup>13</sup>, os associados dez<sup>14</sup> e os apoiantes 29<sup>15</sup>.

Os órgãos sociais previstos nos Estatutos de 1986 eram a Assembleia Plenária, em que participavam os membros ativos<sup>16</sup> e os associados, e o Comité Executivo, constituído por um Presidente e dois Vice-Presidentes, eleitos pela Assembleia de entre os membros efetivos. A atividade corrente da União era dirigida por um Secretário-Geral.

Na VI Assembleia Plenária, realizada em abril de 1990, procedeu-se a uma alteração integral dos Estatutos, que marcou uma viragem na natureza da associação: ao admitir a existência de membros apoiantes, pessoas coletivas públicas e privadas, com pleno direito de participação nos órgãos sociais e com capacidade eleitoral ativa e passiva, ainda que condicionadas, a UCCLA deixou de ser apenas uma «associação intermunicipal», ainda que os seus estatutos o continuem a afirmar, para passar a ser uma entidade mista, com um universo de membros diversificado, com predomínio para as componentes municipal e empresarial<sup>17</sup>. Esta evolução correspondeu a uma opção estratégica com reflexos nos objetivos da União, como adiante veremos. De acordo com os novos Estatutos, os órgãos sociais passaram a ser: i) a Assembleia Geral, constituída por todos os membros, efetivos, aderentes e apoiantes, sendo garantido ao conjunto dos membros efetivos metade do número de votos; ii) a Comissão Executiva, constituída por um presidente e dois vice-presidentes, um dos quais membro aderente ou apoiente, sendo o presidente e o outro vice-presidente membros efetivos; iii) o Conselho Fiscal, composto por um presidente, dois vogais e dois suplentes; iv) o Secretário-Geral.

13. As cidades de Lisboa, Guimarães, Ribeira Grande de Santiago, Praia, Cacheu, Bissau, Bolama, Santo António do Príncipe, São Tomé, Luanda, Ilha de Moçambique, Maputo, Brasília, Salvador da Bahia, Rio de Janeiro, Macau, Oecussi-Ambeno e Díli.

14. São Vicente/Mindelo, Assomada, São Filipe (Cabo Verde), Gabu (Guiné-Bissau), Huambo (Angola), Beira (Moçambique), Belém, Natal, Belo Horizonte e Porto Alegre (Brasil).

15. Incluindo duas instituições públicas portuguesas de investigação e ensino – o Centro de Estudos e Formação Autárquica e o Instituto de Investigação Científica Tropical –, a Associação das Universidades de Língua Portuguesa e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal, associação privada sem fins lucrativos ligada aos municípios brasileiros. Os demais membros apoiantes são empresas públicas e privadas, de setores como a banca, os transportes, as comunicações, a energia, o imobiliário e outras.

16. Nessa altura era esta a designação da primeira classe de membros. Cf. UCCLA (1986), art.º 4º.

17. A UCCI nunca enveredou por este caminho, mantendo-se sempre como uma organização de âmbito estritamente intermunicipal. Ver UCCI (1997a), artigos 4º a 6º.

Após sucessivas alterações estatutárias posteriores, podemos identificar nos Estatutos atualmente em vigor<sup>18</sup>, por comparação com os revistos em 1990, disposições inovadoras e relevantes quanto à natureza e à organização da UCCLA. Desde logo a afirmação de que «a União perfilha o quadro de valores comuns às organizações não governamentais para o desenvolvimento» (art.º 1º), reveladora de uma certa crise de identidade. Continuando a ser uma «associação intermunicipal de natureza internacional», que junta cidades e empresas, a UCCLA parece querer dizer que gostaria de ser também uma Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD). Embora tenha características que permitem identificá-la com o conceito de organização não governamental, tal como é descrito por João Mota de Campos et al. (1999: 23-25)<sup>19</sup>, a União não reúne os requisitos estabelecidos na Lei nº 66/98, de 14 de outubro, para ser reconhecida no ordenamento jurídico nacional como ONGD, nomeadamente por prosseguir fins políticos<sup>20</sup>. A forma de ultrapassar este problema de identidade, que está, na verdade, associado à dificuldade crónica de angariação de fundos para levar por diante os seus objetivos, foi encontrada com a criação de uma ONGD, a URB-África – Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento Urbano, através da qual a UCCLA desenvolve alguns projetos e tem encontrado alguns instrumentos de financiamento<sup>21</sup>.

As outras inovações importantes no plano estrutural, em relação aos estatutos de 1990, são as seguintes: i) Alargamento do número de membros da Comissão Executiva, de três para cinco, passando a integrar a mesma um membro efetivo de cada um dos quatro continentes e

18. A última revisão estatutária foi aprovada em 2008, na XXV Assembleia Geral.

19. «As ONG aparecem como uma federação de organizações nacionais congéneres, cada uma delas dependente da jurisdição do Estado em que se constituiu na conformidade da respetiva lei interna» as quais são «regidas por um estatuto próprio, de direito nacional» (Campos et al., 1999: 23) que não as impede de ter um reconhecimento internacional como parceiros dos Estados e das Organizações Internacionais.

20. A UCCLA está constituída no ordenamento jurídico português como associação internacional, autorizada por despacho publicado no *Diário da República* nº 122, III série, de 26 de maio de 1988.

21. A URB-África – Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento Urbano foi fundada em 1999 e partilha sede com a UCCLA, em Lisboa. Os membros fundadores são pessoas ligadas à UCCLA, nomeadamente os ex-secretários gerais Pinto Machado, Manuel Chantre e Homem de Gouveia, e a UCCLA, como associado, preside ao Conselho Diretivo. Os seus dois projetos mais importantes, nas áreas da formação para o desenvolvimento e da luta contra a SIDA, foram financiados pelas Câmaras Municipais de Lisboa e de Guimarães, pela União Europeia e pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD).



um dos membros apoiantes; ii) Consagração do princípio da não reeleição do Presidente da Comissão Executiva, para um mandato consecutivo; iii) Possibilidade de criação de delegações da UCCLA nas cidades membros; iv) Criação de um novo órgão estatutário, o Conselho Consultivo Empresarial, de que fazem parte os membros apoiantes de caráter empresarial, o Presidente do Conselho Fiscal, o Secretário-Geral e o Presidente do Conselho Executivo<sup>22</sup>.

A importância destas inovações prende-se, por um lado, com o que elas traduzem de reforço do papel dos membros apoiantes, especialmente de tipo empresarial, e, por outro lado, com uma preocupação de assegurar um certo pluralismo na participação dos membros efetivos. Pela primeira vez na história da organização o Presidente do Conselho Executivo e Presidente da UCCLA não é o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, dado que, na Assembleia Geral realizada em março de 2008, foi eleito para ocupar o cargo o Prefeito de Salvador da Bahia<sup>23</sup>.

### 3. Objetivos e Realizações

Para verificar como evoluíram no plano estatutário os objetivos e os fins da União<sup>24</sup>, procuramos estabelecer uma matriz que permita perceber a natureza de cada um, tipificando-os como de âmbito geral ou em função da principal área de ação ou interesses a que se reportam, desde a cidadania à cooperação para o desenvolvimento, passando pela economia e as atividades empresariais, o intercâmbio de experiências, a formação e o relacionamento com outras cidades e comunidades com raízes históricas e culturais comuns com os países

22. Este Conselho tem um coordenador dos membros apoiantes que o integram, ou seja, das empresas, o qual os representa na Comissão Executiva. Embora com atribuições exíguas, que se resumem à emissão de pareceres sobre o Plano de Atividades e o Orçamento e à apreciação da forma como são prosseguidos os fins estatutários, «designadamente quando careçam de apoio externo» (cf. UCCLA (2008a), art.º 20º/1/a, b), o Conselho pode dinamizar uma participação efetiva dos sócios de natureza empresarial na vida interna da União, influenciando, nomeadamente, a programação anual de atividades.

23. Esta mudança, positiva numa primeira análise, pode ter como efeito perverso um menor acompanhamento da direção política da União, uma vez que a sede continua a estar em Lisboa e a principal fonte de financiamento tem sido, desde sempre, o município da capital portuguesa. A UCCI encontrou uma fórmula diferente de evitar que a presidência estivesse sempre e apenas nas mãos da cidade de Madrid: em cada mandato de dois anos a capital espanhola preside durante metade do período ficando a outra metade confiada a uma outra capital ibero-americana. Cf. UCCI (1997a), art.º 12º.

24. Constatamos uma certa ambiguidade semântica no uso das palavras «objetivos» e «fins». Nos Estatutos de 1986 são enunciados os «objetivos principais da União» de forma equivalente à descrição dos «fins da União» nos Estatutos em vigor. Cf. UCCLA (2008a), artigos 2º e 4º.

150 de língua oficial portuguesa. A tabela 1 mostra como esses objetivos evoluíram entre o que estava consagrado nos Estatutos de 1986 e o que os Estatutos em vigor estabelecem.

**Tabela 1 – Objetivos e fins da UCCLA**

<b>Natureza</b>	<b>Estatutos de 1986 art.º 2º</b>	<b>Estatutos 2008 art.º 4º</b>
Genérica	Fomentar vínculos, relações e intercâmbios entre as capitais de expressão lusófona	Fomentar vínculos, relações e intercâmbios entre as cidades membros, outras autarquias dos países de língua oficial portuguesa e as comunidades lusófonas
Genérica	Estudar as questões que afetem a vida e as atividades das cidades de expressão lusófona	Estudar as questões que afetem a vida e as atividades das cidades e comunidades lusófonas que façam parte de União
Económica e empresarial		Promover iniciativas económicas, comerciais e industriais
Cidadania	Promover os direitos de vizinhança, em especial o direito ao progresso na Paz e o de participação dos cidadãos nos assuntos públicos	Promover os direitos de vizinhança, em especial o direito ao progresso na Paz e o de participação dos cidadãos nos assuntos públicos
Cooperação para o Desenvolvimento	Promover o desenvolvimento harmónico equilibrado das cidades (solidariedade e cooperação, através de geminações e acordos)	Promover o desenvolvimento harmónico equilibrado das cidades (solidariedade e cooperação, através de geminações e acordos)
Troca de conhecimentos e experiências	Intercâmbio de conhecimentos e experiências em todos os setores, designadamente o económico, cultural, técnico-profissional e turístico	Intercâmbio de conhecimentos e experiências em todos os setores, designadamente o económico, cultural, técnico-profissional e turístico
Formação		Formação e aperfeiçoamento profissional de funcionários e agentes dos municípios e empresas membros
Histórica e cultural		Incrementar as relações entre os seus membros e as cidades com relevante componente histórico-cultural de raiz lusófona

Fonte: Vasco Franco a partir de UCCLA (1986, 2008a)

Desta síntese podemos extrair algumas indicações quanto à evolução dos objetivos a prosseguir pela UCCLA: i) um alargamento para o dobro das áreas de natureza específica; ii) a consagração de fins de âmbito económico e empresarial, convergentes com o protagonismo que os Estatutos passaram a dar aos membros associados e, em particular, às empresas; iii) a autonomização da vertente da formação, de alguma forma já contida no objetivo mais alargado de troca de conhecimentos e experiências<sup>25</sup>; iv) a extensão do incremento das relações entre a União e os seus membros a outras cidades não membros, com base na existência de raízes históricas e culturais comuns; v) o ajustamento do âmbito dos fins de natureza genérica, alargando-os às comunidades lusófonas e, no que se refere aos vínculos, relações e intercâmbios, a outras autarquias dos países de língua oficial portuguesa.

Os objetivos enunciados têm sido prosseguidos pela UCCLA de forma desigual, como seria natural face à sua amplitude e à generalidade com que alguns deles são formulados, a par da escassez de recursos com que a organização quase sempre se defrontou<sup>26</sup>.

No plano do primeiro objetivo, aquele que é politicamente mais relevante por ser o motor de todos os demais, há alguma evidência do sucesso da União, pioneira no relacionamento institucional no universo dos países de língua oficial portuguesa. Constituída uma década antes da criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)<sup>27</sup>, a UCCLA pode medir a sua afirmação junto do universo que se propôs abranger pelo crescimento regular do número de cidades que se foram tornando membros ao longo destes anos, passando das sete iniciais às vinte e oito que atualmente a integram<sup>28</sup>.

25. Esta alteração foi introduzida logo na revisão estatutária de 1990, ao contrário das restantes, que surgiram mais tarde.

26. Em UCCLA (2005b: 3), pode ler-se: «ao longo dos últimos vinte anos a situação interna da UCCLA (...) tem sido caracterizada por uma total dependência da Câmara Municipal de Lisboa, como se de uma Empresa Municipal de Lisboa se tratasse».

27. A CPLP foi formalmente instituída a 17 de julho de 1996, data da assinatura da Declaração Constitutiva, na Cimeira de Chefes de Estado e de Governo realizada em Lisboa para o efeito. Segundo Pinto (2005: 347), em março de 1993 foi dado o primeiro passo para a criação da Comunidade, através de uma proposta apresentada ao Presidente brasileiro Itamar Franco pelo Embaixador José Aparecido de Oliveira, «quase unanimemente considerado como o grande construtor da CPLP».

28. Falta neste universo a cidade de Pangim (Goa). Segundo relata Machado (2005: 24-25), Pangim esteve representada na IV Assembleia Geral, realizada em Macau, em 1988, com uma delegação chefiada pelo presidente do município, tendo formalizado a intenção de aderir à UCCLA através de documento entregue a Nuno Abecasis em vésperas da realização da VI Assembleia, em 1990, em Maputo. A adesão acabou por não se confirmar até hoje, por objeção da Índia.

O segundo objetivo genérico está formulado de forma tão ampla quanto vaga, permitindo diferentes leituras. Ao apontar para o estudo das «questões que afetam a vida, atividade e problemas»<sup>29</sup> das cidades, sugere, na nossa interpretação, que se procure uma visão sistemática e integrada dessas questões que ajude a definir estratégias de ação. Sendo certo que a UCCLA tem organizado vários seminários e conferências em que são debatidos os problemas das cidades, não é menos certo que não se conhece uma produção regular de estudos que alicerces qualquer estratégia de ação. A escassez de recursos e a vontade de apresentar resultados visíveis no terreno, na qual a UCCLA assentou as bases da sua afirmação, talvez ajudem a explicar tal insuficiência. Ainda assim, vale a pena sublinhar que não faltaria matéria para uma intervenção útil no plano dos estudos e da proposição de soluções para alguns dos graves problemas que afetam as cidades membros, em particular em África. As tabelas 2 e 3 mostram a percentagem de habitantes em barracas em áreas urbanas nos países de expressão portuguesa em que este problema mais se faz sentir e a previsão do crescimento da população nos maiores aglomerados urbanos que têm como centro cidades da UCCLA<sup>30</sup>. Tais indicadores revelam que o alojamento é, inegavelmente, um dos maiores problemas, se não o maior, com que estas cidades se confrontam, sendo, ao mesmo tempo, uma área em que existem experiências bem sucedidas no universo da UCCLA, nomeadamente em Lisboa e no Rio de Janeiro<sup>31</sup>. O estudo de soluções a propor às cidades, aos governos e à ajuda internacional seria uma medida perfeitamente ao alcance da União.

29. Esta formulação, reproduzida do art.º 4º/c dos atuais Estatutos da UCCLA, não nos parece muito feliz uma vez que os «problemas» são em si mesmos «questões que afetam a vida [e] atividade» das cidades (UCCLA, 2008a).

30. O critério da ONU para tratamento da informação sobre *aglomerações urbanas* é o de considerar os núcleos urbanos contínuos «...without regard to administrative boundaries» (UN-Habitat, 2001: 266).

31. A cidade de Lisboa erradicou as barracas que alojavam, no final dos anos 80 do século passado, cerca de 10% da população da capital portuguesa (Franco & João, 2001: 402-404) e o Rio de Janeiro tem levado a cabo programas de intervenção nas favelas, com o apoio de fundos do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID), que apresentaram bons resultados, em especial o programa «Favela-Bairro» (Fiori, Riley & Ramirez, 2000: 57-62).

**Tabela 2 – População residente em barracas em áreas urbanas, em 2005 (milhares)**

<b>País</b>	<b>Pop. em barracas em áreas urbanas</b>	<b>% da pop. urbana</b>
Angola	4.678	86,5
Brasil	45.509	29,0
Guiné-Bissau	390	83,1
Moçambique	5.430	79,5

Fonte: UN-Habitat (2008: 248)

**Tabela 3 – Projeção do crescimento da população residente (milhares)**

<b>Cidade</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>	<b>2020</b>	<b>2025</b>
Belém	1.748	2.335	2.639	2.717
Belo Horizonte	4.659	5.941	6.597	6.748
Brasília	2.746	3.938	4.463	4.578
Huambo	578	1.035	1.567	1.824
Lisboa	2.672	2.890	3.058	3.086
Luanda	2.591	4.775	7.153	8.236
Maputo	1.096	1.621	2.235	2.560
Natal	910	1.161	1.316	1.362
Porto Alegre	3.505	4.096	4.517	4.633
Rio de Janeiro	10.803	12.171	13.179	13.413
Salvador da Bahia	2.968	3.695	4.114	4.222

Fonte: UN-Habitat (2008: 238-245)

Quanto aos fins de natureza específica, verificamos que a UCCLA concentrou grande parte dos seus recursos em ações que poderemos incluir na área da ajuda a projetos de investimento e equipamento. Nas suas publicações é precisamente este o tipo de ações que encontramos referido com maior ênfase, embora mereçam também certo destaque as relacionadas com a troca de experiências, a formação e a promoção de atividades culturais, em especial a iniciativa «Capital Lusófona

154 da Cultura», realizada anualmente numa cidade diferente. A tabela 4 sintetiza as principais medidas de ajuda a projetos de investimento e equipamento.

**Tabela 4 – Ajuda a projetos de investimento e equipamento (1986-2008)**

<b>Medidas</b>	<b>Ações</b>
Escolas primárias	- Escola em Bissau: construção e equipamento; - Escola em São Tomé: construção e equipamento;
Escolas técnicas	- Recuperação da Casa dos Rapazes do Huambo, para escola técnica com internato
Saúde	- Doação de ambulâncias equipadas a Praia e São Tomé; - Equipamento do Hospital Central da Praia com uma sala de radiologia; - Missões médicas em Bissau e São Tomé.
Segurança	- Doação de viaturas de combate a incêndios a São Tomé e Maputo; - Formação dos primeiros bombeiros profissionais de São Tomé.
Recuperação do património	- Calçada portuguesa na Av. Atlântica, Copa Cabana, Rio de Janeiro; - Fortaleza de São Sebastião, Ilha de Moçambique; <sup>36</sup> - Palácio do Governador, Díli; - Fortaleza de Cacheu; - Casa Padja, Praia.
Equipamentos	- Eletrificação do edifício dos Paços do Concelho, Bissau; - Mercado municipal de Santo António do Príncipe.
Serviços e infraestruturas urbanas	- Assistência técnica ao sistema de resíduos sólidos de Luanda; - Implantação do sistema de limpeza e resíduos sólidos de Bissau; - Apoio ao sistema de limpeza e resíduos sólidos de Maputo; - Projeto e obra de saneamento em bairros da Praia; - Recuperação da iluminação pública de São Tomé; - Recuperação da Av. Cidade de Lisboa, Praia.
Instalações para acolhimento em Lisboa	- Casa dos Presidentes da UCCLA; - Casa dos Estagiários da UCCLA; - Residência de formandos da Polícia Judiciária.

Fonte: Vasco Franco, a partir de UCCLA (2005: 108-134) e UCCLA (2005b, 2006, 2007b, 2008b)

32. Projeto promovido pela UNESCO, cofinanciado pela UCCLA, pelo Governo português, através do IPAD, e pelo Governo japonês. Ver *Reabilitação da Fortaleza de São Sebastião: Ilha de Moçambique, Moçambique*. Online: <[http://www.uccla.eu/index.php?option=com\\_content&view=article&id=327&Itemid=222](http://www.uccla.eu/index.php?option=com_content&view=article&id=327&Itemid=222)>.

Este tipo de ações enquadra-se bem no modelo de cooperação descentralizada que Pinto (2009: 150) considera ter um papel a desempenhar «na aproximação das populações lusófonas», mas parece ficar muito aquém da ambição anunciada nos objetivos que a UCCLA fixou em 1986 e posteriormente. As duas áreas em que o fracasso se afigura mais evidente são as da cidadania e da dinamização das relações económicas e empresariais.

Quando a UCCLA se constituiu, apenas duas das sete cidades fundadoras – Lisboa e o Rio de Janeiro – tinham administrações democraticamente eleitas. Como recorda Pinto (2008: 29), o sistema colonial «era fortemente centralizador (...) e impedia a participação das populações na administração das colónias», mas o modelo de transmissão do poder com base no critério da legitimidade conferida pela participação na luta armada acabou por favorecer o aparecimento de sistemas de partido único. Tais sistemas, como sabemos, tão pouco permitem a participação das populações em moldes que traduzam a livre escolha entre opções alternativas, ou seja, em democracia<sup>33</sup>. Só a partir de 1990 a Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe passaram a admitir o multipartidarismo, a que Moçambique e Angola adeririam mais tarde, com dificuldades, de forma gradual e, no que diz respeito a Angola, parcelar (veja-se Pinto, 2008b: 30-38). Ainda hoje estão por realizar eleições autárquicas na Guiné-Bissau e em Angola, o que significa que as populações das respetivas cidades que são membros da UCCLA continuam a não participar na escolha daqueles que fazem parte dos governos locais<sup>34</sup>. O papel que a União poderia desempenhar no sentido de influenciar a democratização da administração local nas cidades que a integram seria sempre diminuto, mas era ambicioso e, por isso, teve fraca efetividade o objetivo enunciado no art.º 2º/3 dos Estatutos de 1986 e mantido no art.º 4º/d dos atuais Estatutos: «promover os direitos de vizinhança, em especial o direito ao progresso na Paz e o de participação dos cidadãos nos assuntos públicos...». Em nenhuma destas dimensões a UCCLA podia intervir de forma eficaz,

33. Dahl (2009: 37) contraria os que defendem a vantagem dos sistemas de partido único em África considerando que «los hechos parecen desmentir todas las ventajas imputadas a los regímenes de partido único». No entanto, como recorda Held (2008: 329) se é verdade que «la democracia confiere un *aura de legitimidad* a la vida política moderna», não é menos verdade que não basta um atestado de democraticidade para garantir essa legitimidade, tornando-se cada vez mais necessário e pertinente avaliar a qualidade da prática democrática, aspeto particularmente relevante nos casos em análise.

34. Diferente é a situação de Timor. Apesar de não se terem realizado ainda eleições para os municípios, previstas para o corrente ano (2009), tiveram já lugar os atos eleitorais nas circunscrições tradicionais, os sucos (MOE-UE, 2007: 21).

uma vez que se inscrevem na esfera da soberania de cada Estado, e a escassa influência que estaria ao seu alcance exercer poderia abalar a coesão interna que, de facto, a União não quis sacrificar em nome destes ideais tão marcados pelo pensamento de Tierno Galván<sup>35</sup>.

A outra face do insucesso mais evidente é a aposta que ditou uma alteração tão substancial na natureza da própria União, transformando-a numa associação de municípios e empresas. Não questionando as virtudes desta opção, não podemos deixar de constatar que, sendo grande o custo, por atingir a própria identidade, tem sido fraco ou quase nulo o benefício. O protagonismo das cidades nos processos de desenvolvimento económico, no mundo contemporâneo, passou a ser assumido a partir dos anos 80 do século passado como resposta à crise que atingiu importantes centros urbanos norte-americanos nos primeiros anos dessa década. Importando das empresas o modelo de planeamento estratégico, com origem nas ciências militares, muitas cidades passaram a envolver parceiros dos setores públicos e privados, incluindo associações empresariais e empresas, na definição e prossecução dos seus objetivos de desenvolvimento. Embora coetâneo, o mecanismo adotado pela UCCLA nada tem que ver com este processo que, na Europa, experimentou grande êxito em cidades como Barcelona, Bilbao, Paris, entre muitas outras (veja-se Ferreira, 2007: 115-120). No caso da UCCLA, as empresas foram chamadas para dentro da organização sem nunca a terem encarado como coisa sua. A confissão do insucesso é assumida no documento *Reequação Estratégica 2007-2010*<sup>36</sup>, onde se escreve que «a lógica inicial (...) – uma CPLP (...) a nível do poder local – (...) que motivou o envolvimento das cidades e empresas (...) diluiu-se ao longo do tempo, em particular para as empresas associadas que progressivamente se vieram a desinteressar do projeto UCCLA» (UCCLA, 2007a: 3).

35. Recordamos que esta norma reproduz fielmente o art.º 2º/3 dos Estatutos da UCCI, em cuja Assembleia Constituinte Tierno (1992: 27) afirmou que «para traer más paz y, si es posible, para equilibrar la desaforada ambición de alguno de los poderes mayores, han de colaborar las ciudades». A UCCI não se absteve de prosseguir a defesa dos princípios da autonomia municipal e da eleição democrática dos governos locais, numa altura em que importantes capitais, como Buenos Aires, a Cidade do México e outras, eram dirigidas por entidades nomeadas pelos respetivos Presidentes da República, com base numa tradição regional que apontava para este processo decisório em relação às capitais nacionais, nomeadamente em Estados federais, como é o caso da Argentina e do México. Sobre a posição da UCCI em relação a esta matéria, veja-se UCCI (1994: 59-60).

36. Este documento sustentou a definição de uma estratégia de ação para a UCCLA, aprovada na Assembleia Geral de 2006, para vigorar de 2007 a 2011. Cf. UCCLA (2006: 2-5).



Em síntese, podemos considerar que os objetivos da UCCLA mais bem sucedidos são os que se prendem com a sua própria afirmação como entidade representativa do universo a que se destinava, os mais diretamente relacionados com a cooperação técnica e a ajuda a projetos de investimento, nomeadamente em infraestruturas e equipamentos, e os de âmbito cultural, incluindo a reabilitação de património, enquanto o insucesso se centra principalmente nas questões da cidadania e da promoção de atividades económicas e empresariais<sup>37</sup>.

#### 4. Uma Nova Estratégia

Em *Reequação Estratégica 2007-2010*, podemos ler, em relação à atividade desenvolvida pela UCCLA, que a mesma se revela «desajustada da realidade atual, não contribuindo de forma objetiva para o desenvolvimento enquanto via de solução dos problemas básicos das cidades membro» (UCCLA, 2007a: 6). Partindo desta premissa, a UCCLA decidiu situar a sua ação no quadro dos Objetivos para o Desenvolvimento do Milénio estabelecidos na Declaração do Milénio, aprovada em setembro de 2000 na Assembleia Geral da ONU, elegendo o combate à pobreza como o seu objetivo central. Os três eixos principais em que este objetivo assenta são os seguintes: i) formação e capacitação; ii) mobilização da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) para infraestruturas básicas, saúde e segurança alimentar; iii) promoção de Parcerias Público-Privadas (PPP) que contribuam para o desenvolvimento económico. A concretização da estratégia da *Nova UCCLA* (UCCLA, 2006: 4) passa em grande medida por um plano de ação intitulado «UCCLA – Cidades sem pobreza», em torno do qual a União procura reunir fundos de doadores de diferentes origens, com especial destaque para a União Europeia (UE), com a qual iniciou logo em 2006 a negociação de um programa de cooperação intitulado «Rede de Cidades Lusófonas», tendo como proponente a UCCLA e como parceiros as cidades de Luanda, Maputo, Praia e Bissau. Este programa, que visava o financiamento de atividades de partilha de experiências e disseminação das boas práticas e de elaboração de projetos-piloto suscetíveis de serem replicados, cuja execução seria posteriormente apresentada para financiamento junto de instituições de cooperação, acabou por não ser aprovado pela UE, que comunicou a sua rejeição

---

37. Sobre as modalidades de cooperação em função da natureza da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), veja-se Pinto (2009: 145-146).

158

em abril de 2008<sup>38</sup>. Apesar deste percalço, a UCCLA procura levar por diante a nova estratégia, que passa, também, por diversificar as fontes de financiamento para deixar de estar totalmente dependente da Câmara Municipal de Lisboa. Na Tabela 5 sintetizamos os principais projetos APD<sup>39</sup> que constam do Relatório e Contas de 2008.

**Tabela 5 – Principais projetos APD em 2008, valor, fontes de financiamento e situação**

<b>Cidade</b>	<b>Projeto</b>	<b>Valor (1000€)<sup>45</sup></b>	<b>Financiamento</b>	<b>Situação (31.12.2008)</b>
Bissau	Higiene e Limpeza nos Bairros	232	IPAD (75%); outros (25%)	Em curso
Bissau	Resíduos sólidos urbanos e oficinas municipais	426	IPAD (100%)	Em curso
Bafatá e Gabu	Valorização da apicultura	630	UE (75%); outros (25%)	Aguarda aprovação
Ilha do Príncipe	Sensibilização e saneamento ambiental	429	IPAD (75%); Governo da Ilha do Príncipe (25%)	Em curso
São Tomé	Estratégia, coordenação e programação do setor da água e saneamento	1.378	UE (75%); Governo de São Tomé (25%)	Aprovado, a iniciar
São Tomé	Descentralização e participação comunitária na gestão de resíduos sólidos	741	UE (75%); outros (25%)	Aprovado, a iniciar
Luanda	Água potável e saneamento em bairros peri-urbanos	671	UE (90%); outros (10%)	Em curso
Maputo	Combate ao HIV/SIDA	226	UE (90%); outros (10%)	Aprovado, a iniciar
Timor Leste / Dili	Educar para a prevenção primária em saúde	109	UE (75%); outros (25%)	Aprovado, a iniciar

Fonte: Vasco Franco, a partir de UCCLA (2008b)

38. Importa acrescentar que o Programa «Rede de Cidades Lusófonas» se inspirava no programa URB-AL (Programa de Cooperação Descentralizada União Europeia-América Latina), de ligação entre cidades europeias e da América Latina, e tinha um orçamento de €2.500.000, sendo o financiamento da UE de 75%.

39. Só foram incluídos projetos de valor  $\geq$  a €100.000. O proponente de alguns projetos é a URB-África.

40. Valores arredondados para milhares de euros.

Para além destes projetos financiados através da APD, a UCCLA prossegue com um conjunto de outras ações, nomeadamente na área da formação de técnicos, educação e sensibilização para o desenvolvimento (projetos «Oito Maneiras de Mudar o Mundo», «Pensar Global, Agir Global» e «Imagina Parcerias Humanas»), migrações e igualdade de oportunidades, investigação científica e atividades culturais.

Apesar da inflexão que alguns dos projetos referidos permitem perceber, os documentos disponíveis deixam no ar a ideia de que a nova estratégia está a avançar de forma lenta, não existindo evidência, por exemplo, da concretização de qualquer PPP promovida pela UCCLA e envolvendo as empresas membro da organização.

## Conclusões

A UCCLA concretiza, à sua escala, um território cujas fronteiras são marcadas por referências históricas partilhadas e por uma língua comum, um território de «territórios onde se implantou a Lusofonia<sup>41</sup> (...) ligados por um património cultural que, diversificado e específico em cada região, tem sempre aquela componente como uma variável qualitativamente relevante» (Moreira, 2005: 530). Sendo esta a sua maior riqueza e a sua razão de existir, a UCCLA não a tem valorizado suficientemente, encontrando-se aqui, provavelmente, uma das justificações para a crise de identidade assinalada, entre uma união de cidades e uma associação empresarial, entre uma plataforma intermunicipal internacional e uma mera ONGD. Os objetivos a que se propôs inicialmente foram cumpridos de forma muito parcelar, apostando a maior parte dos seus recursos em investimentos pontuais materializados em obras com alguma visibilidade local, acabando o modelo por se esgotar devido à sua dependência dos fundos que o município de Lisboa podia, ou não, disponibilizar. A nova estratégia, para uma *Nova UCCLA*, tem a virtude da coerência que lhe é dada pelo alinhamento com os objetivos da ONU de combate à pobreza<sup>42</sup>, flagelo que atinge de forma dramática grande parte das cidades-membros, mas tem a fragilidade de persistir na crise identitária, que nem sequer identifica ou reconhece. A sua

41. A Lusofonia pode ser vista como «algo que, embora comum, se revela vago e difuso» (Pinto, 2008a: 61), o que não facilita a escolha dos rumos que podem levar ao comum.

42. E também a virtude da procura, de forma consistente, da diversificação das suas fontes de financiamento, para assegurar continuidade e alguma sustentabilidade na sua ação.

- 160 ambição agora é a de «se converter numa efetiva e pragmática agência de referência na cooperação intermunicipal» (UCCLA, 2007a: 10). Não será o fim da política, porque a UCCLA tem massa crítica bastante para poder reencontrar o seu caminho, mas uma tal visão é, no mínimo, amplamente redutora do sonho de Tierno Galván e de Nuno Abecasis.

## Bibliografia

- Abecasis, N. (2000). *Lisboa – Minha Vida*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Castells, M. (2007). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. Vol. 1: A Sociedade em Rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Campos, J.M.; Porto, M.; Fernandes, A.J.; Medeiros, E.R.; Ribeiro, M.A.; Duarte, M.L. (1999). *Organizações Internacionais. Teoria geral. Estudo monográfico das organizações internacionais de que Portugal é membro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Dahl, R.A. (2009). *La Poliarquia: Participación y Oposición*. Madrid: Tecnos.
- Ferreira, A.F. (2007). *Gestão Estratégica de Cidades e Regiões*. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Fiori, J.; Riley, E.; Ramirez, R. (2000). *Urban Poverty Alleviation Through Environmental Upgrading in Rio de Janeiro: "Favela Bairro"*. London: Development Planning Unit, University College London.
- Franco, V.; João, A. (2007). "Segurança e Urbanismo: Segurança e Gestão Urbana". In: R. Pereira & J.B. Gouveia (coord.), *Estudos de Direito e Segurança*. Coimbra: Almedina, pp. 377-427.
- Held, D. (2008). *Modelos de Democracia*. Madrid: Alianza.
- Machado, M.P. (2005). "Meu caro Nuno Abecasis". In: UCCLA, *Em Português Nos Entendemos*. Lisboa: UCCLA, pp. 20-29.
- MOE-UE (Missão de Observação Eleitoral da União Europeia) (2007). *Democratic Republic of Timor-Leste. Final Report. Presidential & Parliamentary Elections. April, May & June 2007*. Online: <[http://eeas.europa.eu/eueom/pdf/missions/final\\_report-timorleste2007\\_en.pdf](http://eeas.europa.eu/eueom/pdf/missions/final_report-timorleste2007_en.pdf)> (referência de 26-05-2013).
- Moreira, A. (2005). *Teoria das Relações Internacionais*. 5ª ed. Coimbra: Almedina.
- Pinto, J.F. (2005). *Do Império Colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Continuidades e Descontinuidades*. Lisboa: Instituto Diplomático.
- Pinto, J.F. (2008a). "A Presidência Portuguesa da UE e o Desafio Lusófono". *Negócios Estrangeiros*, nº 12, pp. 59-64.
- Pinto, J.F. (2008b). "Adimplendum est hodie". *Africanologia – Revista Lusófona de Estudos Africanos*, nº 1, pp. 27-41.

- Pinto, J.F. (2009). *Estratégias Da ou Para a Lusofonia? O Futuro da Língua Portuguesa*. Lisboa: Prefácio.
- Tierno, E. (1992). "Palabras en la sesión inaugural de la primera asamblea de alcaldes de ciudades capitales iberoamericanas". In: UCCI, *Diez Años de Cooperación Intermunicipal Iberoamericana: UCCI, 1982-1992*. Madrid: UCCI, pp. 25-29.
- UCCI (1982). "Estatutos de la Unión de Ciudades Capitales Iberoamericanas". *Boletín Oficial del Ayuntamiento de Madrid*, 4492, 03-03-1983, pp. 193-195.
- UCCI (1994). *Atas, Acuerdos y Resoluciones. UCCI 1982-1994*. Madrid: UCCI.
- UCCI (1997a). *Estatutos de la Unión de Ciudades Capitales Iberoamericanas. Estatutos atualizados por la VII Asamblea Plenaria de la Unión de Ciudades Capitales Iberoamericanas (UCCI), celebrada en la Ciudad de México, los días 17 y 18 de noviembre de 1996*. Madrid: UCCI.
- UCCI (1997b). *Ciudades Iberoamericanas*, nº 17, setembro.
- UCCI (1999a). *Ciudades Iberoamericanas*, nº 19, março.
- UCCI (1999b). *Ciudades Iberoamericanas*, nº 20, novembro.
- UCCI (2009). *Memoria de Atividades UCCI – 2008*. Madrid: UCCI.
- UCCLA (1986). "Estatutos da União das Cidades Capitais Luso-Afro-Americo-Asiáticas (UCCLA)". *Diário Municipal*, 18.842, de 17 de março, 489-491.
- UCCLA (1990). "Alteração integral dos Estatutos da União das Cidades Capitais Luso-Afro-Americo-Asiáticas (UCCLA)". *Diário da República*, III Série, 49, de 28 de fevereiro de 1991, pp. 3757-3759.
- UCCLA (1999). *Estatutos da URB-África – Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento Urbano (ONGD)*. Online: <[http://www.uccla.net/imagens/pdf/urbafrika\\_estatutos.pdf](http://www.uccla.net/imagens/pdf/urbafrika_estatutos.pdf)> (referência de 26-05-2013).
- UCCLA (2004). *Relatório e Contas de 2004*. Online: <[http://www.uccla.net/imagens/pdf/relatorio\\_contas\\_2004.pdf](http://www.uccla.net/imagens/pdf/relatorio_contas_2004.pdf)> (referência de 26-05-2013).
- UCCLA (2005a). *Em Português Nos Entendemos*. Lisboa: UCCLA.
- UCCLA (2005b). *Relatório e Contas de 2005*. Online: <[http://www.uccla.net/imagens/pdf/relatorio\\_contas\\_2005.pdf](http://www.uccla.net/imagens/pdf/relatorio_contas_2005.pdf)> (referência de 26-05-2013)].
- UCCLA (2006). *Relatório e Contas de 2006*. Online: <[http://www.uccla.net/imagens/pdf/relatorio\\_contas\\_2006.pdf](http://www.uccla.net/imagens/pdf/relatorio_contas_2006.pdf)> (referência de 26-05-2013).
- UCCLA (2007a). *Reequação Estratégica 2007-2011*. (Documento não publicado, disponibilizado por UCCLA, Rua de São Bento, n.º 640, 1250-222, Lisboa).
- UCCLA (2007b). *Relatório e Contas de 2007*. Online: <[http://www.uccla.net/imagens/pdf/relatorio\\_contas\\_2007.pdf](http://www.uccla.net/imagens/pdf/relatorio_contas_2007.pdf)> (referência de 26-05-2013).
- UCCLA (2008a). *Estatutos em vigor, aprovados na XXV Assembleia Geral*. Online: <[http://www.uccla.net/imagens/pdf/Estatutos\\_pos\\_AG\\_20-9-2008.pdf](http://www.uccla.net/imagens/pdf/Estatutos_pos_AG_20-9-2008.pdf)> (referência de 26-05-2013).

- 162 UCCLA (2008b). *Relatório e Contas de 2008*. Online: <[http://www.uccla.net/imagens/pdf/relatorio\\_contas\\_2008.pdf](http://www.uccla.net/imagens/pdf/relatorio_contas_2008.pdf)> (referência de 26-05-2013).
- UN-Habitat (2001). *Cities in a Globalizing World. Global Report on Human Settlements 2001*. London: Earthscan.
- UN-Habitat (2008). *State of the World's Cities 2008/2009. Harmonious Cities*. London: Earthscan.